

**QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS CONTEMPORÂNEAS DOS MOVIMENTOS DO CAMPO
NO BRASIL**

**CUESTIÓN AGRARIA Y LUCHAS CONTEMPORÁNEAS DE LOS MOVIMIENTOS
RURALES EN BRASIL**

**AGRARIAN QUESTION AND CONTEMPORARY STRUGGLES OF RURAL MOVEMENTS
IN BRAZIL**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.71183>

Noeli Welter Taborda (MMC)¹

Renata Rocha Gadelha (MMC)²

João Paulo Rodrigues Chaves (MST)³

[Entrevista de Leile Teixeira, Mario Mariano Ruiz Cardoso, Marizete Andrade da Silva e Rodrigo Castelo]

Nesta última edição de 2025, cuja temática do dossiê é *Questão agrária e movimentos sociais do campo*, a Comissão editorial preparou uma entrevista com lideranças de dois movimentos de alcance nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O primeiro está representado pelas companheiras Noeli Taborda e Renata Gadelha e o segundo pelo companheiro João Paulo Rodrigues.

A Comissão elaborou quatro perguntas e as enviou para as direções nacionais dos respectivos movimentos que, por sua vez, escolheram as/o responsáveis para a tarefa. Cada movimento teve o mesmo espaço para as respostas. A ordem de exposição foi decidida pela ordem alfabética do nome dos movimentos. A primeira pergunta diz respeito a uma análise de conjuntura internacional e a segunda com análise da conjuntura nacional. A terceira pergunta está relacionada com o tema da organização e formação político-educacional de militantes e quadros. Por fim, a quarta aborda o tema das opressões e sua relação com as lutas anticapitalistas.

Dessa maneira, a revista *Germinal: marxismo e educação em debate* promove rachaduras nas muralhas da Torre de Marfim universitária, na maioria das vezes refratária ao diálogo com os movimentos sociais, sejam

eles do campo, sejam da cidade. Reafirmamos, com isto, o nosso compromisso com uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada nos interesses históricos da classe trabalhadora, rumo à construção de uma universidade popular.

Germinal: A tradição marxista e as lutas anticapitalistas pelo mundo denunciam o caráter destrutivo do sistema capitalista que tem dizimado as condições de vida no planeta, alimentado a guerra e o genocídio dos povos em toda a parte. De modo emblemático, vivenciamos o genocídio do povo palestino no qual a fome é uma arma central do Estado sionista de Israel para seu projeto imperialista-colonial. Marx apontou e ainda vivenciamos o roubo de terras pelo capital, que nos apresenta como saída a lógica de produção de alimentos contaminados de agrotóxicos e provenientes de produtos transgênicos. Povos, camponeses, indígenas resistem a esse processo. Como vocês analisam a atual fase do capitalismo no mundo e as possibilidades de construção de uma alternativa das classes trabalhadoras que tenha como centralidade a vida humana?

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): Inúmeras são as análises que afirmam que vivenciamos uma profunda crise estrutural: econômica, política, social e ambiental, portanto, nos perguntamos crise econômica até que ponto? Para quem? Quem paga a conta? O capitalismo na atualidade vive o ápice da exploração humana através do trabalho, da retirada de direitos e do avanço sobre os bens naturais para acumular cada vez mais, tendo como base de sustentação o patriarcado e o racismo, que tem vitimado as mulheres, as populações negras, quilombolas, indígenas, e as comunidades tradicionais. As diferentes formas de guerras têm como objetivo o extermínio dos povos, aumentando a fome e as desigualdades no mundo.

O avanço da extrema direita com suas pautas ultraconservadoras, o nazifascismo, meritocracia, o neopentecostalismo, usando das religiões para dominar o povo e avançar com as ideias conservadoras, reforçando o lugar de submissão das mulheres. Um exemplo no Brasil são os feminicídios, dados revelam que, em 2024, 1.459 mulheres foram mortas, atualmente em torno de 4 assassinatos por dia. Além do autoritarismo que os governos de extrema direita vêm tentando impor sobre os países da América Latina e outros, a exemplo de Trump.

As catástrofes e os crimes ambientais têm sido cada vez mais evidentes, enchentes, secas, desmoronamentos, rompimentos, tudo isso é fruto do avanço desenfreado do capital e do processo de modernização da agricultura, como: desmatamentos, uso intensivo de agrotóxicos, a mineração, a construção de barragens, entre outros.

Diante desse contexto, nós do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) entendemos que a construção de alternativas para a classe trabalhadora, tendo como centralidade a vida humana, perpassa a construção de novas relações entre as pessoas e a natureza. Só haverá continuidade de vida, se avançarmos cada vez mais com a agroecologia que para nós é um modo de vida, projeto de sociedade e ciência. Portanto, nosso compromisso tem sido fortalecer e ampliar o trabalho de base com as mulheres nos diferentes territórios, no exercício da prática do estudo, da formação, da organização, das reuniões, do diálogo, reforçando a luta em todos os espaços como parte da educação popular feminista camponesa onde as mulheres, protagonistas dos seus processos, são produtoras e construtoras de conhecimentos e saberes.

O trabalho de base fez surgir o MMC, partindo das necessidades das mulheres do campo, negadas de direitos, com forte organização desde as comunidades camponesas. Tem como elemento central a metodologia participativa, coletiva e o papel das lideranças, comprometidas com uma causa. Nos articulamos com outras organizações populares, em especial de mulheres, incorporando também a vida e as expectativas das crianças e da juventude também como protagonistas do MMC. Nos pautamos pela *práxis* que articula, de forma coerente e dialética, a prática, as reflexões teóricas e a ação transformadora das realidades e das relações. Nossa ação camponesa feminista popular se constrói a partir dos valores: reconhecimento e valorização da mulher e do seu trabalho; compromisso com as decisões coletivas; cuidado e autocuidado individual e coletivo com a vida e a saúde; amor à luta por libertação e companheirismo; valorização das diversidades e respeito às diferenças; ética, disciplina e relações de amorosidade; construção da solidariedade de classe; capacidade de nos indignar diante das injustiças, transformando nossa indignação em ação concreta de superação de nossos limites; mística revolucionária e feminista; recuperação, preservação, conservação e cuidado com a sociobiodiversidade; valorização e respeito às diversidades étnico raciais, de gênero e orientações sexuais.

A partir de nossa construção, nos somamos às demais organizações do campo e da cidade, em nível, local, nacional e internacional para avançarmos com a luta popular e a solidariedade de classe entre os povos.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Estamos vivendo um tempo cheio de contradições. De um lado, o capitalismo está se concentrando de um jeito muito forte, que é da natureza dele mesmo. Só que hoje em dia, isso acontece principalmente por três motivos.

Primeiro, a tecnologia e a internet aceleraram tudo. O dinheiro e os investimentos circulam pelo mundo numa velocidade absurda, e tem muita desregulamentação, o que facilita essa concentração. Segundo, a exploração do trabalhador e de terras também piorou com a tecnologia. A internet já está sendo usada para isso, e a inteligência artificial promete piorar ainda mais a situação. Terceiro, tem a questão ambiental. Por trás da "crise ambiental", existe uma apropriação de recursos naturais. Grandes corporações estão concentrando o controle sobre recursos e tecnologias de energia renovável, mas não para salvar o planeta, e sim para lucrar mais com isso. E não podemos esquecer da guerra. Ela continua sendo um fator crucial. A indústria de armas lucra com a destruição, e o medo e o terror da guerra são usados como ferramenta de controle. O que está acontecendo na Palestina é um exemplo triste de como a violência e a fome são usados para dominar e exterminar um povo e controlar territórios.

Tudo isso gera contradições bem grandes: o mundo nunca produziu tanta riqueza, mas a pobreza é alarmante. O capitalismo, que antes parecia incontestável, hoje é cada vez mais questionado, especialmente pelos jovens até nos países ricos, como os EUA. A democracia, que o capitalismo sempre ignorou quando quis, agora é necessária para manter as regras do jogo, mas está sendo constantemente atacada.

Além disso, as disputas entre China e EUA expõem as contradições de uma ordem internacional conturbada e possivelmente em transição. Temos ao mesmo tempo a hegemonia norte-americana, consolidada há décadas, dando sinais de esgotamento, o que gera inseguranças e ameaças – desde

instabilidade financeira até tensões militares –, mas também abre espaço para a emergência de uma multipolaridade capaz de redistribuir poder, ampliar margens de soberania para países periféricos e criar brechas para projetos alternativos de desenvolvimento e cooperação.

O grande problema é que a classe trabalhadora, que sofre com essas crises, não está se organizando de forma forte e coordenada para enfrentar isso. A crise ambiental e a guerra na Palestina, por exemplo, mostram contradições enormes, mas não geraram uma resposta internacional unida. Enquanto isso, o fascismo vai crescendo, o que é muito preocupante.

Diante de tudo isso, o desafio que fica para as próximas gerações é entender essa crise do capitalismo e se preparar para aproveitar essas contradições – que aparecem de formas diferentes e desiguais pelo mundo – para criar e propor alternativas reais.

Germinal: A história de luta da classe trabalhadora no Brasil bebe das fontes de organização dos quilombos, da resistência indígena, da tradição operária e das lutas camponesas. A defesa do meio ambiente, a reforma agrária, a luta contra a fome, dentre outras pautas são bandeiras atuais na realidade brasileira. Já derrotamos a ditadura empresarial-militar, de modo mais recente impedimos a continuidade do governo de extrema direita de Bolsonaro, entretanto os governos de caráter mais democrático e até mesmo os mais progressistas optaram por uma perspectiva política de acomodação e garantia dos principais interesses das classes dominantes no Brasil. Nesse processo, vemos a manutenção e ampliação do agronegócio e seu projeto de exploração e opressão do campo brasileiro. Como vocês avaliam a conjuntura brasileira nessa quadra e como deve ser construída a crítica da aliança do governo Lula com o agronegócio num contexto de avanço da extrema direita?

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC): Como em toda luta política, é preciso que façamos uma análise das forças em jogo para poder traçar as melhores estratégias. Dentro da atual correlação de forças, de um enorme poder do agronegócio no Brasil, que é um acúmulo desde o período das *plantations*, seria muito pouco provável que um governo conseguisse se manter no poder fazendo um enfrentamento direto a esse grupo. Pois, não estamos falando apenas de interesses nacionais, mas de capitais estrangeiros espalhados por todo o globo que trabalham para a manutenção do atual sistema agroalimentar hegemônico, e que tem controle sobre finanças, *Big Techs*, ou seja, um enorme poder econômico, político e cultural no mundo todo.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que precisamos estar atentas, organizadas e em luta, fazendo as críticas da relação mantida e ampliada do governo atual com o agronegócio, não podemos deixar de defender este governo. Pois, no contexto atual, a outra opção que se apresenta com mais força é a da ascensão de um governo fascista, fechado ao diálogo, e promotor de todas as formas de violações de direitos humanos já conquistados, dentre outros. Em outras palavras, precisamos fazer a luta dentro do governo, a partir da formação, organização e mobilização das nossas bases para fazerem as lutas nos territórios, os enfrentamentos, para explicitar as contradições de um governo que, por um lado, diz defender a Agroecologia, o combate à fome, à pobreza, à degradação ambiental e, por outro lado, continua alimentando a fonte que gera destruição ambiental, fome e desigualdades sociais em nosso país.

Nesse sentido, é de extrema importância avançarmos em nossos processos de formação para compreender a fundo as falsas soluções que são apresentadas para diversos de nossos problemas e possamos

apresentar aquelas que condizem com as demandas dos territórios e sejam eficazes e efetivas. Temos a certeza que, com nossas ações concretas no fortalecimento dos quintais produtivos, na produção de alimentos diversificados e saudáveis, enfrentamos o modelo hegemônico existente no campo, porém temos intensificado a luta por políticas que em nosso entendimento são fundamentais, apesar de ainda insuficientes para derrotarmos o modelo de morte do agronegócio.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Acredito que vivemos um período na conjuntura que é muito difícil, não só no Brasil, mas no mundo. No entanto, se você comparar com outros países, e não só da América Latina, nós estamos conseguindo, no limite, “empatar a disputa política com os setores da extrema direita”. E isso se deve muito à experiência organizativa da nossa classe trabalhadora a partir da década de 1980.

Essa classe trabalhadora protagonizou a luta antitadadura, ajudou a derrubar o regime e construiu novos marcos da democracia. Essa ascensão da luta política no Brasil, da luta de classes, ocorreu por um período com base na classe trabalhadora urbana, coordenada e hegemônica pelo movimento sindical de São Paulo, com uma centralidade na figura do presidente Lula. Foi com essa direção política, com essa forma de organização que se produziu um PT, uma CUT e o MST, que estão aí até hoje.

Na minha opinião, esse ciclo está se encerrando agora, em boa medida pelas diversas crises organizativas e as mudanças no mundo do trabalho, mas também porque a referência da liderança do presidente Lula também já tem um horizonte mais curto – começa a se rediscutir um novo ciclo. O grande problema é que esse novo ciclo ainda não se produziu na luta real da classe trabalhadora. Se você for ver, nos últimos 45 anos não se produziu nada de novo organizativamente. Obviamente que surgiram agremiações e siglas novas, mas elas são oriundas do mesmo berço, de um modelo de organização popular e de luta de massas da década de 1980.

Disse isso para afirmar que, aprendendo na literatura marxista, os movimentos da luta de classes não são contínuos, há momentos de sobe e desce. O governo Lula carrega em si muitas contradições, por um lado amortece os conflitos sociais e diminui a possibilidade de ampliar a perspectiva da luta de massa para avançar. Mas, ao mesmo tempo, segura o enfrentamento da direita contra nós.

Acho que, terminada a eleição do Lula – nas eleições do ano que vem, se o Lula for vitorioso –, nós vamos iniciar um momento de muito enfrentamento político dentro da esquerda, de elaborações teóricas sobre qual será o próximo passo, e de enfrentamentos por parte da direita, que acredita ter o caminho facilitado para enfrentar a esquerda se o Lula não for mais a referência direta.

Nos dias de hoje nós temos muitas bandeiras extremamente relevantes para a luta. Eu chamaria a atenção para bandeiras que não necessariamente são bandeiras de massa, como, por exemplo, a defesa da democracia. Ela é importante, ajuda nesse momento, mas acho que é importante recolocar as reformas “inconclusas” ou que sofreram refluxo. De repente, reformas que a classe trabalhadora não conseguiu consolidar.

Se você pegar o meio urbano, é uma tragédia no caso brasileiro. Os problemas urbanos que nós temos talvez sejam os mais graves, né? Pegamos cidades com 70% de sua área em situação de favelização. Não se tem uma política de transporte público. As escolas públicas de ensino médio nas grandes capitais são uma tragédia. E o tema da segurança pública, então... Acho que a pauta é muito pesada e necessária para a gente enfrentar, e isso deveria ser um dos pontos principais.

Acho também que o maior limite que nós temos no campo é o abandono da agenda da reforma agrária como perspectiva de enfrentamento ao agronegócio. A agricultura familiar não necessariamente enfrenta o agronegócio. Ao contrário, do ponto de vista ideológico, o agricultor familiar que não faz parte de um processo de agroindústria ou cooperativismo quer ser, na prática, um “agronegócio”. Porque, na realidade, você tem duas situações do agricultor familiar: o que é muito pobre, que está fora da organização do modelo clássico da agricultura – o que significa não ter crédito, não ter comércio e não ter indústria. Aí, ele é agricultor familiar porque está na pobreza. Quando ele melhora a sua condição de vida, ele sai do familiar, manda os seus filhos para a cidade para estudar e vai explorar a mão de obra de outros. Aí, ele vira um “agronegócio”, mesmo com pouca terra. Isso não é motivo para comemoração.

Nós temos um problema agrário grave no campo, que é a falta de um projeto de enfrentamento ao agronegócio, e só há um caminho: a reforma agrária. Caso contrário, você não tem como dar um salto nesse sentido. A reforma agrária está isolada dentro da universidade, está isolada na esquerda, está isolada no governo. Portanto, sobram uns de nós disputando o conteúdo da reforma agrária pela periferia, o que é ótimo – como o tema dos alimentos saudáveis, o tema da agroecologia –, mas no centro está a disputa pela terra. É isso que acumula.

Germinal: A organização da classe trabalhadora é um traço fundante do marxismo e muitas pessoas esquecem que a produção teórica de Marx e Engels esteve permeada pelo processo cotidiano de direção e participação em movimentos de luta de sua época. Nesse sentido, como os movimentos que vocês representam analisam os desafios de construção dos instrumentos organizativos da classe camponesa? Como vocês têm enfrentado a lógica individualista do capital nesse processo? Dentro dessa questão, como se localiza o debate da formação política e educacional campesina?

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): Diante do acirramento das dificuldades vividas no campo, com o aumento crescente do êxodo rural, com a falta de oportunidades para a juventude se manter no campo, com o aumento na penosidade dos trabalhos – seja pelo esvaziamento do campo (menos pessoas para ajudar no trabalho), seja pelo aumento das dificuldades devido aos desequilíbrios ambientais (surgimento de novos insetos e doenças, devido ao uso dos agrotóxicos, e em mais intensidade; secas prolongadas; enchentes etc.) –, o aumento de doenças crônicas, devido ao consumo de alimentos ultraprocessados e contaminados com venenos, e mentais, devido a diversos fatores.

Diante desses elementos, o Movimento de Mulheres Camponesas precisa atuar em duas frentes: uma interna e local, buscando auxiliar as camponesas nas suas dificuldades imediatas; e outra externa e global, buscando compreender a causa da origem dos problemas que assolam o território e fazer a formação, organização e luta para modificar as condições estruturais que geram esses problemas. Sendo assim, o

trabalho de base é fundamental para ajudar as mulheres a se fortalecerem individualmente, a partir do acolhimento do coletivo, pensando em soluções em comum para o enfrentamento dos problemas do dia a dia, assim como, para as mulheres se fortalecerem coletivamente, para fazerem o enfrentamento político geral.

Tendo em vista que estamos falando de um movimento autônomo de mulheres do campo, a especificidade de serem todas mulheres, demanda uma luta fundamental para que todas as outras sejam possíveis: a luta contra o patriarcado, contra o machismo. Pois, sem enfrentar as diferentes violências de gênero sofridas dentro da sua própria casa, e a mulher fortalecer sua autoestima, compreendendo o seu valor e o seu poder, ela não consegue avançar em nenhuma outra luta.

A partir desse enfrentamento e conscientização do valor de seus trabalhos, as práticas das mulheres camponesas nos territórios se tornam importantes instrumentos de luta, oferecendo um exemplo de modo de vida, de produção agroecológica capaz de promover a soberania alimentar, de relação harmoniosa com a natureza, de promoção da saúde física e mental etc., a partir do cultivo de seus quintais produtivos. Dessa forma, os quintais produtivos transformam-se em espaços estratégicos para avançar na formação política e educacional das camponesas. Os momentos de encontro através de seminários, oficinas, escolas feministas, têm sido fundamentais para a promoção de uma consciência crítica que move a luta por direitos e emancipação das mulheres. Porém, é preciso também avançar com a luta ao acesso à educação pública gratuita e de qualidade, voltada a realidade do e no campo, bem como o acesso à ciência e a produção de tecnologias capazes de ampliar e fortalecer o trabalho das mulheres e as experiências de produção agroecológicas, é preciso garantir um trabalho menos penoso, que possibilite as mulheres terem tempo para o estudo e o lazer.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Nós temos um déficit organizativo muito grande no conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade. As formas organizativas estão vinculadas ao modo de produção capitalista, que cria mecanismos para enfrentar o próprio modelo. À medida que o capitalismo desorganiza o mundo do trabalho e fragmenta o chão de fábrica, fica mais difícil organizar a classe trabalhadora somente pelas redes sociais ou pela lógica da urbanização.

No campo, as formas organizativas também sofrem pressão capitalista. Temos quatro grandes problemas a superar: Primeiro, somos uma parcela pequena da sociedade brasileira no campo – cerca de 25% da população (50 milhões) tem relação com o campo, mas o setor organizado (indígenas, quilombolas, agricultura familiar) não chega a 3 milhões de famílias. Isso dificulta as formas organizadas de enfrentamento. Segundo, as organizações que surgem no campo têm forte componente "economicista", o que dificulta criar consciência política, ou se vinculam a temas muito específicos, sem diálogo com setores urbanos mais amplos. Terceiro, falta uma agenda agrária que potencialize um movimento de massa mais radicalizado para os enfrentamentos necessários. Quarto, a maioria dos movimentos organizados no campo tem pouca influência da ideologia marxista, sendo mais influenciados por ONGs ou setores da Igreja com viés pouco confrontativo.

O que pode constituir uma consciência organizativa no campo é a luta pela terra, por direitos quilombolas e indígenas. A terra é o principal componente de disputa de classe que eleva a consciência da classe trabalhadora. Enquanto não houver saldo de qualidade nessa luta, não se criam instrumentos políticos organizativos.

Além disso, o movimento camponês precisa de uma proposta econômica de desenvolvimento. O cooperativismo e a cooperação são a única saída para elevar o nível de consciência política no campo. Organizar uma cooperativa séria exige consciência de esquerda – compartilhar, não querer enriquecer sozinho. Por isso, a cooperação e o cooperativismo, combinados com a luta pela terra, podem fortalecer as organizações existentes e dar um salto político na organização e na consciência de classe.

Germinal: Sabemos que o capital não existe sem o processo de exploração articulado à dinâmica das opressões. No Brasil e na América Latina, temos inúmeras referências de produção teórica e lutas que demonstram a importância das lutas feministas e antirracista, da vitalidade do movimento LGBT e das experiências de lutas anticapacitistas no enfrentamento ao projeto burguês. De modo mais recente, vemos o governo Trump no centro do capitalismo atacar, sem máscara, direitos conquistados por essas lutas, assim como no Brasil a extrema direita declara abertamente suas pautas machistas, racistas e LGBTfóbicas. Como os movimentos que vocês representam têm abordado esses temas? Quais desafios têm enfrentado?

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): Ao longo da trajetória histórica do MMC que, em 2025 completou seus 42 anos, viemos construindo importantes ferramentas e estratégias de luta, tanto internamente em nosso Movimento, como também articulado com as demais organizações. Ao nos assumirmos como um Movimento de classe, popular e feminista, forjamos a necessidade de aprofundar nossa luta antipatriarcal, anticapitalista, antirracista e antiLGBTfóbica. Nesse sentido, fomos dando vida ao que chamamos de Feminismo Camponês Popular, uma ferramenta teórica, política e prática, que se constrói na luta contra todas as formas de violência sofrida pelas mulheres, no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo, através da luta por direitos e emancipação, na construção de um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista que se contrapõe ao modelo hegemônico do agronegócio.

Evidenciamos que o Feminismo Camponês Popular expressa a história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, as mesmas ao se perceberem como sujeitas, portadoras de direitos em luta e organizadas demonstram que é possível transformar a realidade. Lutar por uma vida sem violência e discriminação, por políticas públicas, por terra e território, pela agroecologia, permite as mulheres de forma organizada construir experiências de libertação, antipatriarcais, anticapitalistas, antirracistas e antilgbt+fóbicas.

O Feminismo Camponês Popular é forjado na luta de resistência e enfrentamento cotidianamente ao capitalismo, principalmente em sua expressão no campo, pois luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação feminista camponesa popular. Essa ação enfrenta muitos

inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado. É, portanto, um feminismo baseado na práxis camponesa feminista popular, ou seja, é na teoria/prática/teoria que as mulheres do campo, florestas e águas vêm fortalecendo um projeto de sociedade, antipatriarcal, anticapitalista, antirracista e antiLGBTfóbico.

Na luta por direitos, no enfrentamento a todas as formas de opressão, exploração e discriminação, por um projeto popular de agricultura camponesa de enfrentamento e resistência ao agronegócio, tendo os quintais produtivos, centrado na perspectiva da agroecologia que para o MMC é modo de vida, movimento, ciência e projeto de sociedade, que o feminismo camponês popular se efetiva. Bases fundamentais para pensarmos a transformação da sociedade em nível local, mas também em escala internacional, pois é um feminismo e uma economia pautadas na luta de classes e na resistência indígena, negra, camponesa e popular, que tem como base a solidariedade, a reciprocidade e a construção de relações equitativas entre as pessoas e com o ambiente, num desenvolvimento com envolvimento de todas as pessoas, com produção sustentável, agroecológica e num mundo onde caibam todos os outros mundos.

Neste sentido, um dos maiores desafios enfrentados, conforme já dissemos, é fortalecer a organização popular e evidenciar a importância da luta das mulheres dentro de uma sociedade que não comporta uma única contradição, mas três fundamentais: a de gênero, raça/etnia e a de classe. É, portanto, através de uma práxis feminista, baseada nos propostos de educação popular, que efetivam através dos quintais produtivos, da agroecologia, da luta de enfrentamento e resistência, da formulação teórica do Feminismo Camponês Popular um projeto de vida e sociedade para o campo, mas que também envolve a cidade.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Acho que, sobre a luta por direitos, nós avançamos muito como esquerda nos últimos 20 anos. Tivemos algumas influências da esquerda americana na questão racial e elaborações europeias sobre o movimento feminista, mas também muitas elaborações que beberam e bebem nas fontes dos nossos pensadores e pensadoras, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e tantas outras referências, e nas lutas que sempre foram muito presentes no Brasil. Temos hoje uma elaboração do feminismo popular e camponês, que coloca as mulheres na centralidade da construção da agroecologia e da reforma agrária popular, por exemplo. Temos uma experiência riquíssima também do movimento LGBT.

No MST temos construído uma compreensão cada vez mais profunda de que a luta pela terra, pela reforma agrária popular e pela transformação estrutural do país não pode ser separada das lutas contra o racismo, o patriarcado e todas as formas de opressão. Do ponto de vista teórico, nossas elaborações partem do entendimento marxista de que a classe trabalhadora brasileira é forjada historicamente pela violência colonial, pelo escravismo e pela superexploração racializada. Isso significa que a questão racial e de gênero não são “temas adicionais”, mas dimensões constitutivas da própria formação social brasileira.

Também temos consciência que essas são pautas que também foram muito apropriadas pelo capital, mesmo nos movimentos sociais encontramos muitas vezes leituras com um viés muito pós-moderno, que no fundo, mais contribuem para nos dividir enquanto classe, do que para a unidade. Então acredito que

temos um grande desafio – e acho isso polêmico – de como a esquerda retoma o debate sobre o mundo do trabalho que ainda define a luta central.

Discutir o mundo do trabalho é debater direitos e reforma trabalhista, mas também garantir que o Estado induza essa agenda. Não podemos renunciar a isso, sob o risco de formar uma geração que não tenha o trabalho como questão central. Daí surgem absurdos como a negação da CLT e a exaltação do empreendedorismo – frutos de um vazio que a esquerda deixou.

Se não voltarmos a pautar isso, perderemos a agenda do trabalho. A pauta de direitos é excelente, mas não é ela que altera a organização do mundo capitalista. O capital só respeita quando paramos a produção ou a circulação de mercadorias. Caso contrário, é só agitação. Se não voltarmos a discutir o mundo do trabalho como processo único de geração de riqueza, e se não entendermos que é esse elemento que organiza a classe, podemos sofrer uma derrota significativa a médio e longo prazo.

Para o MST, é fundamental preservamos a centralidade do trabalho ao formular a Reforma Agrária Popular: um projeto que reorganiza o uso da terra, o modelo produtivo e as relações de trabalho com base na soberania alimentar, na cooperação, no cuidado e na valorização do trabalho camponês. Não tratamos o antirracismo ou o feminismo como agendas identitárias, mas como dimensões estruturantes desse projeto de sociedade – porque não existe agricultura sustentável, produção saudável ou território vivo se esses processos forem construídos sobre a exclusão, a desigualdade e a violência.

Ao mesmo tempo, sabemos que há desafios reais. A classe trabalhadora é atravessada pelas ideologias dominantes, e isso inclui o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Há resistências internas, há disputas culturais e há tensões quando tratamos desses temas. Nosso trabalho é pedagógico e político: não é impor uma agenda, mas demonstrar, pela prática, que superar as opressões fortalece a luta pela terra e não a enfraquece. O MST tem investido em formação permanente, em espaços de diálogo, em metodologias de cuidado coletivo e na construção de experiências concretas – como cirandas, cozinhas comunitárias, experiências agroecológicas dirigidas por mulheres – que materializam o vínculo entre luta de classes e superação das opressões.

Em síntese: mantemos a centralidade do mundo do trabalho porque é nele que se organiza a vida. Mas compreendemos que essa centralidade só é verdadeira se reconhece que o trabalho é atravessado por relações de opressão historicamente construídas. Combater essas opressões não desloca a luta de classes – aprofunda e radicaliza seu caráter transformador. É isso que nos permite construir um movimento de trabalhadores do campo que seja, ao mesmo tempo, antirracista, feminista, popular e profundamente comprometido com a emancipação da classe trabalhadora.

Notas

¹ Camponesa. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Educadora e pesquisadora feminista. Doutoranda do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, área da Geografia, Universidade Estadual Paulista (Unesp).

² Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Doutora em desenvolvimento rural sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), mestra em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs) e licenciada em filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-Doutora em desenvolvimento regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

³ Assentado de Reforma Agrária, agricultor e formado em Ciências Sociais. Membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Recebido em: 24 de nov. 2025

Aprovado em: 2 de dez. 2025